



Comissão mista busca acordo sobre o novo Código Florestal

Regras para áreas de preservação permanente nas margens de rios geram discordâncias

Cinco ministros participaram ontem de audiência sobre a medida provisória que preenche lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma à nova lei florestal. O relator, Luiz Henrique, pretende entregar seu parecer na próxima quarta-feira. **4 e 5**



Ministro Pepe Vargas (D) fala em debate ao lado de Pedro Arraes (E), Luís Inácio Adams, Izabella Teixeira, deputado Bohn Gass e senador Luiz Henrique

Márcia Kolumbe/Agência Senado



Deputados Carlos Sampaio (E), do PSDB, e Odair Cunha (D), do PT, relator da CPI, discutiram após depoimento de ontem

Gerardo Magela/Agência Senado

Reforma na casa de Cachoeira custou R\$ 500 mil, diz arquiteto

Alexandre Milhomem disse ontem à CPI que recebeu R\$ 50 mil para fazer a decoração da casa que pertenceu ao governador

Marconi Perillo e onde Carlos Cachoeira foi preso em fevereiro. PT e PSDB voltaram a trocar acusações na comissão. **3**

Juristas apresentam hoje proposta de novo Código Penal **8**

Programa de renda funciona mesmo sem contrapartida, afirma professor inglês **6**

Comissão debaterá exame nacional obrigatório para futuros médicos **4**



Paulo Paim (C) debate com representantes de empresários e trabalhadores condições de trabalho do motorista profissional

Mudanças na lei do setor de transporte

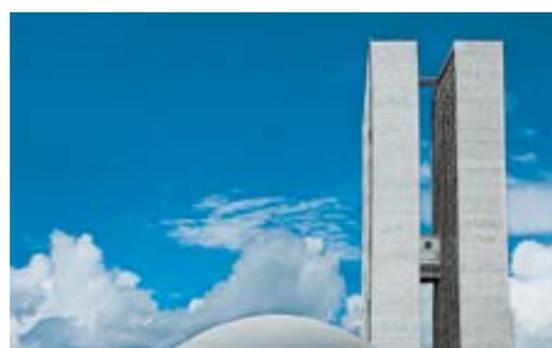
Reivindicação é de empresários e trabalhadores que, mesmo elogiando a lei que regulamenta a profissão de motorista, sancionada em maio, apontam necessidade

de aperfeiçoamento do texto. Representantes do setor foram ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **6**

Brasileiros do Parlasul se dividem e não votam nota contra deposição de Lugo **2**

Municípios do Nordeste atingidos pela seca podem ter R\$ 1,4 bilhão **7**

Gerardo Magela/Agência Senado



Rádio Senado também em Teresina

104,5 FM

Política e cidadania em tempo real e música brasileira de qualidade. É o Congresso Nacional mais perto do piauiense.

Aqui o cidadão sabe o que acontece.



Socs | Supres - Criação e Marketing | Senado Federal

Rápido *impeachment* do presidente do Paraguai motivou a redação de uma declaração contra a “ruptura da ordem democrática”, mas o texto causou polêmica e não chegou a ser votado

Brasileiros do Parlasul se dividem sobre Lugo

APÓS MAIS DE uma hora de discussão, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) cancelou, por falta do quórum, a votação de nota de condenação à deposição do presidente Fernando Lugo pelo Congresso do Paraguai.

O debate ocorreu três dias antes da próxima reunião de cúpula do Mercosul, na Argentina, quando já não deverá estar presente a delegação do Paraguai, suspenso do bloco depois do rápido *impeachment*. E seis dias antes da primeira sessão do ano do Parlasul, em Montevideú, quando tomará posse a nova representação argentina.

No início da reunião, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), o deputado José Stédile (PSB-RS) apresentou o texto da declaração



Requião aponta ferimentos à cláusula democrática

O deputado Newton Lima (PT-SP) sugeriu que se retirasse do texto o veto à participação na próxima sessão do Parlasul. Requião apoiou a ideia, e o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugeriu que se retirasse a suspensão do Paraguai.

Stédile concordou com as mudanças, mas o Plenário permaneceu dividido. Os senadores

condenando a “ruptura da ordem democrática”. O texto estipulava que, se o Paraguai já estava suspenso do Mercosul, por analogia também estaria afastado do Parlasul.

Requião lembrou que o Paraguai tem vivido forte conflito entre Executivo e Legislativo. Ele disse que é necessário respeitar a soberania do país, mas observou que houve “ferimentos sérios à cláusula democrática” do Mercosul.

Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS) e os deputados Júlio Campos (DEM-MT), Nelson Padovani (PSC-PR), André Zacharow (PMDB-PR), Íris de Araújo (PMDB-GO) e Luiz Henrique Mandetta (DEM-MT) pediram cautela. Apoiaram o documento os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), além dos deputados Sibá Machado (PT-AC) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Fernando Collor diz que *impeachment* de Lugo não foi golpe



Para Fernando Collor (PTB-AL), não houve golpe de Estado no Paraguai. Em discurso, ontem, ele disse que interesses pessoais e ideológicos impedem a clareza da análise da crise paraguaia.

O senador, que sofreu um processo de *impeachment* em 1992, quando era presidente da República, disse não ver ilegalidade na destituição de Fernando Lugo. — A norma foi cumprida. Não há golpe de Estado ou quebra da legalidade — argumentou, ressaltando que o golpe é a ação fora da norma legal, comumente com o uso da força.

Para Bauer, não cabe ao Brasil questionar legislação paraguaia



Paulo Bauer contestou ontem as críticas ao *impeachment* do presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

Para o senador, o processo que levou ao afastamento de Lugo já está consolidado e seguiu as regras do país.

— Não cabe ao Brasil o direito de questionar a legislação paraguaia — afirmou.

Na avaliação de Bauer, os parlamentares paraguaios decidiram pelo *impeachment* ouvindo a “voz da sociedade” de seu país, e o povo do Paraguai não estava bem comandado por Lugo.

Souza faz alerta sobre instabilidade na economia



Sérgio Souza (PMDB-PR) revelou ontem preocupação com a economia do Paraguai e com os brasileiros que vivem no país, após o afastamento do presidente Fernando Lugo.

O senador disse que o país pode enfrentar instabilidade econômica e explicou que a suspensão do Paraguai do Mercosul implica uma taxa-ção diferente nas transações comerciais.

— O empresário brasileiro não está querendo vender, nesse momento, para o Paraguai porque ele não tem segurança — exemplificou.

Incentivos à integração da América do Sul

Os empreendimentos que vierem a favorecer a integração econômica da América do Sul poderão receber benefícios fiscais, segundo projeto aprovado ontem na Representação Brasileira no Parlasul. A proposta ainda deverá tramitar na Câmara e no Senado.

O texto aprovado foi um substitutivo do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao PLS 232/11, de Paulo Paim (PT-RS), e ao PLS 726/11, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que tramitavam em conjunto.



Simon: legislação deve estimular a parceria entre países do Mercosul

Segundo o texto de Simon, poderão receber benefícios, entre outros, empreendimentos que contem com empresas de

pelo menos dois países sul-americanos, aqueles em que se realizem mediante cruzamento de capitais e os que favoreçam a integração regional em áreas como infraestrutura e transportes, saneamento, telecomunicações e geração de energia por fontes renováveis.

Entre as isenções previstas estão a da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica gerados pelo empreendimento e a do IPI relativo a bens de capital que venham a ser utilizados.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pauta trancada

14h A sessão deliberativa continua com a pauta trancada por dois projetos de lei de conversão e pela Medida Provisória 559/12, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa.

PRESIDÊNCIA: Rádio Senado

10h José Sarney inaugura a transmissão da Rádio Senado em Teresina, na sala de audiências; às 11h, recebe o relatório da comissão de juristas, no Salão Nobre; às 16h, preside a ordem do dia; e às 18h comparece ao ato de aposição do retrato do ministro Cezar Peluso na galeria dos ex-presidentes do STF, no Supremo.

CPI: Tráfico de pessoas

8h Comissão que investiga o tráfico de pessoas realiza audiência pública com o presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, Hélio Bicudo.

CAS: Cirurgia plástica reparadora

9h Na pauta da comissão, projeto que trata da reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora em caso de cirurgia oncológica. Também pode ser votada a iniciativa que dispõe sobre o controle do comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos. Às 11h, discussão e votação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

CCT: Planos de telefonia

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota projeto que obriga as concessionárias de serviços de telecomunicações a oferecerem planos alternativos aos usuários, com preços baseados somente no consumo medido do serviço. Constam também na pauta projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país. Em seguida, o colegiado discute e vota propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

CDR: Plano diretor dos municípios

9h Votação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em seguida, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que estabelece a prestação, pela União, de assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do plano diretor.

CCJ: Exploração de crianças

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa, entre outras, proposta que amplia o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e mensagem do Executivo indicando Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público. Após a reunião, votação de emendas à LDO.

CRE: Acordo com Turquia

10h Em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acordo com a Turquia com o objetivo de evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. Vota ainda emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CE: Emendas à LDO

10h Discussão e votação de emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com agentes públicos e privados, para o depoimento do ex-tesoureiro da campanha do governador de Goiás, Marconi Perillo, e presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Jayme Rincon; da ex-chefe de gabinete do governador Eliane Gonçalves Pinheiro; e do radialista Luiz Carlos Bordoni.

CAE: Crédito externo

10h30 A Comissão de Assuntos Econômicos analisa três mensagens solicitando autorização para operações de crédito externo para Toledo (PR), Sergipe e Tocantins. Às 10h30, discussão e votação das emendas do colegiado à LDO.

CMA: Orçamento

11h Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para votação de emendas à LDO de 2013.

CÓDIGO PENAL: Entrega do relatório

11h A Comissão de Juristas instituída pelo presidente do Senado para elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Penal entrega seu relatório, no Salão Nobre do Senado.

CMO: Recebimento de emendas

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para receber emendas ao relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 e votação de medidas provisórias e projetos de lei que autorizam créditos para ministérios e órgãos públicos.

CRA: Emendas à LDO

14h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para votação de emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2013.

FÓRUM: Representação política

18h30 Segue o Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade, com a palestra “Representação política: fundamentos e dilemas”, ministrada por Renato Lessa. O fórum vai até o dia 7 de agosto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Justiça analisa no dia 4 processo de cassação de Demóstenes

O processo de cassação de Demóstenes Torres (sem partido-GO) pode ser votado quarta-feira que vem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pedro Taques (PDT-MT) foi indicado ontem como relator pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e já confirmou que vai aceitar.

A decisão final, em Plenário, pode acontecer na quarta-feira seguinte, dia 11, antes do recesso parlamentar, que começa dia 18 de julho. Nesse caso, a sessão será pública, mas a votação, secreta.

O prazo para votação na CCJ atende ao Regimento Interno do Senado, que prevê cinco sessões deliberativas após a decisão do Conselho de Ética. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que haverá sessões

deliberativas nas próximas duas segundas-feiras (dias 2 e 9 de julho).

No Plenário, a cassação será debatida pelos senadores, mas não se admite o rito de encaminhamento de votação (fase em que os líderes partidários orientam a votação dos seus liderados em relação à matéria em debate).

O parecer da CCJ, que vai analisar constitucionalidade, legalidade e juridicidade do processo, será encaminhado à Mesa do Senado, lido em Plenário e publicado. Após a distribuição dos avulsos (impresso contendo matéria, relatório e respectivos pareceres), haverá um intervalo de três dias para que o processo possa então ser pautado para votação. Em casos anteriores, foi marcada sessão com essa finalidade específica.

Couto anuncia que vai divulgar seu voto em votações secretas

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que vai abrir seu voto sempre que ocorrerem votações secretas. Ele pediu o fim desse tipo de votação no Congresso, ressaltando que o sigilo impede que a nação conheça seus representantes.

— Não sei quais são as consequências dessa minha decisão, mas, daqui para a frente, em todas as votações secretas, eu vou prestar contas ao povo — declarou.

O senador afirmou que, com o voto secreto, o parlamentar esconde a decisão que tomou daqueles que o elegeram para representá-los. Ele acrescentou que o



Para Couto, voto secreto é vergonha nacional e já deveria ter sido abolido

voto secreto já devia ter sido abolido há muito tempo e qualificou-o como “uma vergonha nacional”.

— O voto secreto dá ao parlamentar o direito de fazer o que ele quer, não o que o povo quer. Isso não é direito — disse Couto.

Ana Amélia parabeniza STF pelo parecer sobre mensalão

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou ontem o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski pela conclusão de seu parecer sobre o processo do mensalão. A senadora atribuiu também ao presidente do STF, Carlos Ayres Britto, o mérito pela entrega em tempo hábil.

— É uma notícia muito positiva que o STF esteja dando uma resposta que a sociedade estava aguardando — disse.

A divulgação do parecer deverá permitir que o julgamento dos 38 réus suspeitos de envolvimento no mensalão comece em 1º de agosto, após o recesso do Judiciário.

Ana Amélia também defendeu a soberania do Paraguai na questão do *impeachment*



Senadora diz que o tribunal deu a resposta que o Brasil aguardava

do ex-presidente Fernando Lugo. Na opinião dela, o Brasil não deveria interferir nas decisões internas de um país independente e democrático.

— Não cabe ao Brasil uma ação policiaisca sobre o Paraguai. Seria um ato de indignidade que feriria todos os princípios das boas relações diplomáticas — afirmou a senadora.

Arquiteto diz que foi pago por mulher de Cachoeira

Na CPI que investiga o contraventor, Alexandre Milhomem contou ter recebido R\$ 50 mil para decorar a casa que pertenceu ao governador Marconi Perillo e onde Cachoeira foi preso em fevereiro pela PF

O ARQUITETO ALEXANDRE Milhomem, responsável pela reforma na casa onde Carlinhos Cachoeira foi preso em fevereiro pela Polícia Federal, disse ontem que foi contratado por Andressa Mendonça, mulher do contraventor, para decorar o imóvel. Ele foi ouvido pela CPI que investiga as relações de Cachoeira com políticos e empresários.

Milhomem afirmou que nunca viu pessoalmente o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e não sabia que a casa havia pertencido a ele.

— Andressa me contratou inicialmente para um outro projeto de uma casa nova, mas depois desistiu. Então, me dediquei apenas à parte interna do imóvel emprestado a ela por amigo que não sei quem é — contou.

O arquiteto disse ainda ter recebido R\$ 50 mil pelo trabalho. E estimou que o casal tenha gasto cerca de R\$ 500 mil em obras e na decoração completa da casa.



Milhomem (E) na CPI presidida por Vital (D): reforma teria custado R\$ 500 mil

PSDB e PT voltam a trocar acusações na reunião da CPI

Com o silêncio de outras duas testemunhas que fariam sobre a venda da casa de Marconi Perillo — Lúcio Gouthier Fiúza, ex-assessor do governador, e Êcio Antônio Ribeiro, sócio da empresa que consta em cartório como compradora do imóvel —, a reunião de ontem da CPI transformou-se novamente num embate político.

A convocação do arquiteto provocou a revolta de parlamentares do PSDB, que protestaram contra a demora em chamar o ex-presidente da construtora Delta Fernando Cavendish. Para o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), a vinda do arquiteto é fruto do direcionamento dos trabalhos dado pelo relator, Odair Cunha (PT-MG).

— O relator cumpre aqui missão partidária e não indaga nada que diga respeito ao governo federal e ao PT — disse.

Em resposta, o relator insinuou que Sampaio está na

CPI para defender Perillo. E defendeu as convocações de pessoas ligadas ao governador de Goiás porque a Delta teria no estado sua principal base de atuação.

Ontem, o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), considerou que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e a mulher dele, a deputada Iracema Portella (PP-PI), podem votar em questões relativas à construtora Delta e ao ex-presidente da empresa Fernando Cavendish.

A decisão respondeu a questão levantada pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que considera que Ciro e a mulher são amigos de Cavendish. A Delta é acusada de participação no esquema de Cachoeira.

Vital também informou ter tomado providências para apurar suposto envolvimento de servidor de seu gabinete, Rui Brito Sousa, com integrantes do grupo do contraventor.

Mais depoimentos relacionados a Marconi Perillo

Hoje, o governador de Goiás continua no centro das atenções da CPI. Estão previstos os depoimentos de Jayme Eduardo Rincón, ex-tesoureiro da campanha de Marconi; Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete; e Luiz Carlos Bordoni, radialista autor de denúncias contra o governador. A reunião está marcada para as 10h15.

Deputados do PT: “Milhomem derrubou versão do governador”

Para o vice-presidente da CPI do Cachoeira, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), o depoimento de Alexandre Milhomem evidencia que a casa do governador de Goiás, Marconi Perillo, foi vendida diretamente a Carlos Augusto Ramos.

— Os cheques saíram da organização de Cachoeira para pagar a venda da casa — declarou Teixeira, avaliando que “a existência de relação entre Cachoeira e Perillo está comprovada”.

O relator, Odair Cunha, concordou.

— Quem pode decorar uma casa que não é sua, gastando R\$ 500 mil para ficar simplesmente alguns meses? Essa história descabida montada por Perillo não resiste — avaliou.

Já na opinião do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), a tese dos petistas “é estapafúrdia”.

— O governador mostrou coerência na CPI, ao dizer, desde o primeiro momento, que vendeu a casa para Wladimir Garcez e que recebeu três cheques pré-datados — disse.

Alvaro quer convocar ex-dono da Delta e ex-diretor do Dnit

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que é essencial que a CPI do Cachoeira ouça o ex-dono da empreiteira Delta, Fernando Cavendish, e o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antônio Pagot.

— Como não ouvir Fernando Cavendish? — perguntou o senador, lembrando que a empresa recebeu cerca de R\$ 800 milhões do Dnit entre maio de 2010 e abril de 2011.

Desse montante, disse Alvaro, já se constatou que R\$ 30 milhões foram repassados para a empresa Alberto e Pantoja.

O senador disse ainda que a Delta já recebeu mais de R\$ 5 bilhões do governo desde 1999, sendo R\$ 384,5 milhões sem licitação.



Gerardo Magela/Agência Senado

Exame para futuro médico será tema de audiência

A criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, como condição para o exercício da profissão no país, será debatida em audiência conjunta das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento com esse objetivo, de Cyro Miranda (PSDB-GO), foi aprovado pela CE. O exame está previsto no PLS 217/04, de autoria do então senador Tião Viana.

Também ontem, a CE

rejeitou — por recomendação da relatora, Ana Rita (PT-ES) — substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 181/04, que modifica a denominação do aeroporto de Bauru (SP). O substitutivo previa o nome de Aeroporto Internacional de Bauru — Comandante João Ribeiro de Barros. A relatora lembrou que cabe à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estabelecer a categoria de internacional. Por isso, prevaleceu na votação a redação

original do projeto, que se refere ao nome de Aeroporto de Bauru — Comandante João Ribeiro de Barros.

Foi aprovado ainda requerimento de Roberto Requião (PMDB-PR) e Paulo Bauer (PSDB-SC) para que a CE apoie a realização em Curitiba, em julho, do 3º Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina (Cepial).

A pedido dos relatores, foram retirados de pauta o PLS 696/11, que determina a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelos concluintes do ensino de segundo grau, e o PLS 525/09, que institui “condições mínimas para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica”.



Paulo Bauer (E) preside reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Cristovam pede acordo pelo fim da greve nas universidades

A greve provoca uma perda aos alunos, “como se o trem que levasse para o futuro parasse e voltasse para trás”, disse Cristovam Buarque (PDT-DF), pedindo ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e às entidades de professores

que se reúnam “com o coração aberto” para superar a greve nas universidades federais.

— É preciso um diálogo em cima dos números — afirmou o senador, para quem “os ministros devem se colocar no lugar dos professores para entender as reivindicações e os professores devem entender que os governos, muitas vezes, enfrentam limitações de recursos”. Cristovam lembrou projeto de sua autoria, suspenso, pelo qual, antes de deflagrada qualquer greve de professores, seria estabelecida “uma espécie de câmara de debate” para negociação.

Vanessa quer que governo negocie com professores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou ontem que a greve dos professores das universidades federais já dura 39 dias. Ela disse que 54 instituições federais de ensino superior estão paradas em todo o país desde 17 de maio, prejudicando mais de 1 milhão de alunos. A senadora pediu mais compreensão do governo para negociar as reivindicações dos professores e servidores.

Para Vanessa, senadores e a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública Gratuita também podem contribuir para a resolução do impasse. A senadora disse ainda apoiar a reivindicação da comunidade acadêmica por investimentos de, no mínimo, 10% do produto interno bruto (PIB) na área da educação.

Religião pode enriquecer democracia, diz diplomata

No Fórum Senado Brasil 2012, na segunda-feira, o cientista político e diplomata Sergio Paulo Rouanet apoiou uma sociedade “pós-secular” em que setores religiosos enriqueçam o debate político por meio de valores positivos, como ideal de solidariedade. No entanto, ele criticou a radicalização religiosa, que considera inconciliável com a política democrática.

Rouanet lembrou que na obra de Sigmund Freud a religião é vista como um freio contra a violência geral, por produzir o que chamou de “ilusão necessária” (a cessão, a uma divindade ou messias, de boa parcela do ego dos integrantes de um grupo social), sem a qual o homem não aceitaria os sacrifícios impostos pela civilização.

Para Rouanet, Freud foi “profético” quanto à transformação do integrismo — interpretação literal dos livros sagrados que visa à reorganização do Estado segundo a lei divina — em fundamentalismo, o “integrismo com violência”. Segundo

Rouanet, a confusão entre os “mandamentos de Deus” e a lei do Estado continua pautando as disputas eleitorais em temas como aborto, clonagem e casamento gay. Para o diplomata, as três grandes religiões monoteístas — cristianismo, judaísmo e islamismo — acabam convergindo em suas vertentes fundamentalistas, inscrevendo-se na “guerra entre Deus e Satã”. Daí decorrem, por exemplo, o terrorismo islâmico e o repúdio, nos Estados Unidos, à teoria da evolução.

— Temo que o integrismo no Brasil, representado sobretudo por igrejas pentecostais, venha a ser a antessala do fundamentalismo, mas não se deve ver a religião como “o ópio do povo” ou admitir a viabilidade de uma religião racional — alertou.



Sergio Rouanet durante conferência no Fórum Brasil Senado 2012

Recomposição de áreas de preservação permanente gera debate sobre nova lei

Ministra do Meio Ambiente afirma que a regra prevista na medida provisória do Código Florestal consegue promover a inclusão social e a preservação ambiental, simultaneamente, porque facilita a vida dos pequenos agricultores e protege pequenos rios existentes nas grandes propriedades

PRINCIPAL POLÊMICA NO Código Florestal, as regras para recuperação de matas nas áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de rios voltam à discussão no Congresso. Desta vez o que está em debate é a Medida Provisória (MP) 571/12, que altera a nova lei.

Ao sancionar o novo código (Lei 12.651/12), a presidente Dilma Rousseff vetou artigo sobre recuperação de APPs ocupadas por plantios agrícolas consolidados até 2008.

A MP, que foi editada para evitar lacunas na lei, prevê a recuperação escalonada de mata. Pequenas propriedades (até quatro módulos fiscais) foram beneficiadas por exigências menores. Proprietários de fazendas com mais de quatro módulos são cobrados com mais rigor.

Cinco ministros participaram ontem de debate na comissão mista que analisa a MP: Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; Mendes Ribeiro Filho, da Agricultura; Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário; Aguiinaldo Ribeiro, das Cidades; e Inácio Adams, advogado-geral da União; além dos presidentes da Embrapa, Pedro Arraes, e da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillou.

Izabella disse que a regra promove a inclusão social, por facilitar a vida dos pequenos produtores, e a preservação ambiental, por proteger pequenos rios existentes nas grandes propriedades.

— A presidente nos disse para

buscarmos a preservação das florestas e dos biomas, atendermos às necessidades da produção e observarmos a inclusão social — assinalou a ministra, para quem os vetos e a MP respeitaram acordos firmados com o Congresso, impediram a anistia ao desmatador e ofereceram opções a quem quer se regularizar.

Regra da escadinha

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) concorda que o escalonamento proposto pelo governo é um avanço para as pequenas propriedades. No entanto, ela defende a volta de artigo vetado pelo governo que previa a recuperação de faixas de mata de 15 metros para rios de até 10 metros de largura em todas as propriedades rurais.

O escalonamento, também chamado de regra da escadinha, prevê, independentemente do tamanho do rio, faixas de matas de 5 metros de largura para imóveis com até um

módulo fiscal; faixas de 8 metros de mata para propriedades com um a dois módulos fiscais; e faixas de 15 metros de mata para área de dois a quatro módulos fiscais.

Para imóveis com área de quatro a dez módulos fiscais e em rios com até 10 metros de largura, será obrigatória a recomposição de 20 metros. Para rios maiores nesse mesmo tamanho de propriedade e para todos os rios em propriedades maiores que dez módulos fiscais, a MP determina a recuperação de faixas de 30 a 100 metros.

Conforme explicou Guillou, da ANA, a regra visa à proteção dos recursos hídricos, estando assim direcionada para os pequenos rios. Mas como as grandes propriedades representam 75% das terras rurais, concentrando inclusive os rios menores, disse, as medidas de preservação das águas devem ser prioritariamente direcionadas aos grandes produtores.



O deputado Bohn Gass e o senador Luiz Henrique (4º e 5º à esq.) recebem Pedro Arraes, Luís Inácio Adams, Izabella Teixeira, Pepe Vargas e Aguiinaldo Ribeiro, do Poder Executivo

Ministros e advogado-geral da União defendem as mudanças

Ao lado de Izabella, os ministros Mendes Ribeiro Filho e Pepe Vargas, também defenderam, na reunião realizada ontem pela comissão mista, o escalonamento e as demais mudanças introduzidas pelo governo federal na MP do Código Florestal. Para eles, o texto apresentado dá equilíbrio e bom senso à nova lei florestal, acabando com a insegurança jurídica enfrentada até então pelos produtores rurais.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, concorda com a opinião dos ministros. Segundo ele, a nova lei florestal, nos termos da medida provisória, dará mais estabilidade ao processo produtivo, com proteção ambiental.

Durante a audiência pública da comissão mista, diversos senadores, como Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, apoiaram a MP enviada ao Congresso. Para eles, as regras introduzidas pelo governo federal por meio da MP representam um

Novas regras para veredas dividem opiniões de senadores

Enquanto Rollemberg defende um rigor maior no Código Florestal para recomposição de áreas desmatadas em volta de nascentes, Kátia Abreu quer flexibilizar a regra da MP que trata da proteção de veredas. Os dois temas estão entre os aspectos ainda pendentes de entendimento e que podem ser modificados por meio de emendas apresentadas por deputados e senadores.

Para a senadora, a definição de vereda e de área úmida introduzida pela medida provisória poderá levar a interpretações que inviabilizam áreas hoje ocupadas por plantios irrigados.

Ao discutir o assunto, o senador Jorge Viana observou que as regras relativas às veredas são essenciais para a proteção das águas. Segundo ele, estão em áreas de veredas da região Centro-Oeste as nascentes de importantes bacias hidrográficas.

O relator, Luiz Henrique, considerou bons os resultados da audiência pública com autoridades. Na avaliação dele, os convidados deixaram claro que não haverá anistia para ninguém, apenas escalonamentos pelo tamanho das propriedades. “Todos serão responsabilizados pela degradação”, acredita o senador.

Ele disse que as autoridades ressaltaram, na reunião, a prioridade do governo em conciliar no novo Código Florestal os critérios ambiental, de produção sustentável e de inclusão social, visando sempre aos pequenos produtores e aos agricultores familiares.

Luiz Henrique observou que o Código Florestal de Santa Catarina, aprovado quando ele era governador e cujo texto causou bastante polêmica, era muito mais rígido que a legislação ambiental em discussão, mas foi uma exigência da população catarinense.

Medida provisória do Código Florestal pode ser votada no dia 10

O senador Luiz Henrique (PMDB-AC), relator da comissão mista que analisa a MP 571/12, anunciou que apresentará seu parecer no dia 4, possibilitando a votação na comissão mista dia 10. A confiança no acordo prevaleceu entre os parlamentares após o debate com ministros e outras autoridades.

A necessidade de entendimento para evitar futuros vetos motivou o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) a propor amplo acordo entre Congresso e Executivo ainda na comissão mista, antes de a MP seguir para o Plenário da Câmara e depois para o do Senado. A sugestão foi apoiada pelo deputado Bohn Gass (PT-RS) e pelo senador Jorge Viana (PT-AC), respectivamente presidente e vice-presidente da comissão.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) demonstrou preocupação com a expectativa da sociedade brasileira em torno da possibilidade de novas mudanças na lei florestal, o que tem gerado ansiedade no meio rural brasileiro, segundo ele. Como exemplo, Rollemberg citou dificuldades na implementação de medidas de regularização ambiental, previstas no novo Código Florestal, condicionadas à conclusão da tramitação da MP.

O deputado Paulo Piau (PMDB-MG), que foi relator do projeto na Câmara, acredita que não há outra saída senão o entendimento. Essa também é a opinião de Jorge Viana, para quem “a atual circunstância impõe um texto único”. Entretanto, o senador se disse preocupado com manifestações a favor de emendas à MP para reduzir as regras de proteção ambiental.

Luiz Henrique afirmou que desenvolve um relatório que seja capaz de unificar deputados e senadores, de forma a permitir a tramitação rápida da matéria. Ele disse acreditar que medidas introduzidas pelo governo federal na MP representam avanços além da expectativa do Congresso, o que pode facilitar o entendimento entre os parlamentares.

Casildo: conferência propôs reflexão sobre o desenvolvimento

A Conferência Rio+20 teve o mérito de propor uma reflexão sobre a dimensão prática do desenvolvimento sustentável, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Para o senador, que esteve no evento, é injusto negar o legado que a Rio+20 deixa para o país e para o mundo: “a grande lição de que, além de empresas e governos, é preciso que todos façamos o nosso dever de casa pelo meio ambiente”. Segundo Casildo, não adianta assinar documentos em eventos se práticas não acontecerem.

— E já houve avanço. A reciclagem tem criado uma nova cadeia produtiva no Brasil. Em 2010, o país reciclou 439 mil toneladas de alumínio. Há dez



Brasil já tem avanços práticos na questão ambiental, afirma Casildo

anos, o Brasil lidera a reciclagem de latas de bebidas entre os países em que a prática não é obrigatória — afirmou.

O senador também elogiou o desenvolvimento de biocombustíveis e os avanços nas pesquisas de energias não poluentes no Brasil, como a eólica e a solar. E defendeu mais qualidade na educação e mais eficiência na atuação preventiva da Defesa Civil.

Para Davim, legado é “olhar diferente” sobre crescimento

A exemplo da Eco-92, a Rio+20 deixou como legado um olhar diferente sobre o desenvolvimento sustentável. A opinião é de Paulo Davim (PV-RN), que considerou positivos os resultados da conferência. Para ele, a mobilização da sociedade foi um dos destaques do encontro.

— Não é mais um tema limitado a grupos de ambientalistas, pesquisadores, cientistas e professores. O senador lembrou que antigamente o tema era restrito aos chamados “eco-chatos”, mas atualmente é discutido em qualquer lugar.

— Agora faz parte do cotidiano do brasileiro, independentemente do seu nível



Debate sobre meio ambiente se ampliou na sociedade, diz Davim

socioeconômico e cultural. Davim ressaltou também os pontos extraídos da Cúpula Mundial de Legisladores, como o o monitoramento da prestação de contas por parte dos governos aos objetivos da Rio+20, o compromisso com a erradicação da pobreza e a renovação do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Anibal Diniz faz avaliação positiva dos resultados da Rio+20

Anibal Diniz (PT-AC) fez avaliação positiva do resultado final da Rio+20. Para ele, mais do que pelo documento assinado, a conferência tem de ser medida também pela mobilização que provocou em torno de um novo modelo de desenvolvimento sustentável em plena crise mundial.

— Podemos afirmar que, apesar dos percalços, críticas e descontentamentos de segmentos ambientalistas, a consciência ambiental do mundo aumentou e o balanço do evento foi positivo.

Um dos destaques, a seu ver, é que o documento final não retrocedeu com relação a nenhum dos encontros anteriores da ONU. Além disso,



Senador destaca atenção dada ao desenvolvimento sustentável

disse Anibal, foram tomadas decisões importantes, como a luta pela erradicação da pobreza e o respeito aos direitos humanos fundamentais.

O texto tratou ainda, acrescentou, da criação de um índice de crescimento alternativo ao produto interno bruto (PIB) para que o progresso das nações seja medido pelos aspectos econômico, social e ambiental.

Especialista defende transferência de renda

Professor britânico disse em debate no Senado que programas de renda básica trazem resultados positivos mesmo sem exigir contrapartidas das famílias beneficiadas

PROGRAMAS DE RENDA básica da cidadania implantados em aldeias da Namíbia e da Índia trouxeram melhoria na nutrição das crianças e elevação do desempenho escolar, com ampliação da frequência às salas de aula, e mostraram que não é preciso exigir contrapartidas dos beneficiários para que os resultados apareçam.

A avaliação foi apresentada ontem, em audiência das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), pelo professor Guy Standing, da Universidade de Bath, no Reino Unido.

Copresidente honorário da Basic Income Earth Network (Bien) — Rede Mundial de Renda Básica, em tradução livre —, Standing disse que, na Namíbia, a iniciativa contribuiu para a redução dos furtos em lavouras, o que assegurou aos agricultores mais tranquilidade para plantar.

Segundo ele, a substituição da simples distribuição de alimentos pela transferência de renda deu condição às pessoas para comprar sementes e fazer suas próprias produções.

Na Índia, de acordo com Standing, o governo pretende estender a aplicação do



Senador Suplicy (2º à dir.) preside debate com João Saboia, Guy Standing e José Augusto Pereira

projeto-piloto, hoje restrito a 22 aldeias, a todo o país. Cauteloso, o professor disse que prefere esperar os resultados dos estudos que se realizam juntamente com a execução do projeto-piloto.

Cristovam Buarque (PDT-DF) citou experiências de seu governo no Distrito Federal (1995-1999), como a do Bolsa Escola, que assegurava um salário mínimo a cada família carente, com todas as crianças entre 7 e 14 anos matriculadas em estabelecimentos públicos.

A partir dessa iniciativa, o parlamentar questionou o professor sobre a importância de exigir contrapartidas dos beneficiários, mas Guy Standing defendeu a transferência de renda sem condicionantes.

Para o professor, as ações de proteção social são justas apenas quando não impõem aos beneficiários exigências não feitas aos demais cidadãos e quando enfatizam a capacidade de autodesenvolvimento das pessoas.

Standing afirmou que os exemplos da Namíbia e da Índia mostram que as pessoas “fazem o que precisa ser feito”.

Pioneirismo

O prefeito de Santo Antônio do Pinhal (SP), José Augusto Guarnieri Pereira, também expôs iniciativa pioneira de seu município na implantação da renda básica de cidadania. Lei municipal de 2009 criou um fundo para assegurar mecanismo de transferência de renda e criou um conselho comunitário para geri-lo.

O fundo é composto de 6% das receitas tributárias do município, doações de pessoas físicas e jurídicas, transferências da União e do estado e resultados financeiros de aplicação de recursos disponíveis.

Educação

Outro participante da audiência, o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Saboia mostrou o impacto da política de aumento do salário mínimo na redução da pobreza.

De acordo com ele, o ideal para a redução da pobreza e a melhoria da distribuição de renda no curto prazo é combinar a atual valorização do salário mínimo com o fortalecimento de mecanismos de

transferência para os mais pobres, como o Programa Bolsa Família.

No médio prazo, acrescentou, uma alternativa seria a introdução da renda básica de cidadania. Depois disso, afirmou, é preciso melhorar a qualidade do ensino público.

Segundo Saboia, o objetivo é fazer com que as crianças beneficiadas pelo Bolsa Família tenham melhores condições que seus pais para a inserção no mercado de trabalho, “fugindo da armadilha intergeracional da pobreza”.

A audiência pública foi presidida por Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do projeto que resultou na Lei 10.835/04, que institui a renda básica no país. Também participou do debate João Vicente Claudino (PTB-PI).

Motoristas reivindicam melhorias na lei que regulamenta profissão

Empresários e trabalhadores do setor de transporte de carga e passageiros elogiaram a lei que regulamenta a profissão de motorista, sancionada em maio. Os dois segmentos, no entanto, já reivindicam aperfeiçoamentos na Lei 12.619/12, o que esperam alcançar, por exemplo, por meio de contribuições ao projeto do Estatuto do Motorista (PLS 271/08), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), por lei regulamentadora ou medida provisória.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por Paim, debateu ontem a proposta do estatuto. Na ocasião, Luis Antonio Festino, da Confederação Nacional dos



Neori Tigrão (E), Narciso Figueirôa Júnior, Paulo Paim, Jerry Rodrigues, Luis Antonio Festino e Alberto Mincarone na CDH

Trabalhadores em Transportes Terrestres, disse que quase 43 mil mortes anuais decorrem de acidentes de trânsito no país e defendeu a inclusão do adicional de periculosidade e da garantia de aposentadoria especial após 25 anos de serviço no Estatuto do Motorista.

O descanso de 30 minutos a cada quatro horas de trabalho seguidas foi uma medida importante prevista na Lei 12.619/12, na avaliação de Jerry Rodrigues, da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Levantamento do órgão revelou que 35% dos acidentes

envolvem veículos de carga (que não chegam a 10% da frota em circulação no país) e que o percentual de mortes por acidentes de trânsito dobra das 20h às 5h. Marcos Bicalho, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, considerou difícil cumprir

rigorosamente o tempo de descanso nas grandes cidades, onde há congestionamentos. Debatedores criticaram o veto de Dilma à instalação de pontos de parada para descanso dos motoristas ao longo de rodovias privatizadas. O governo alegou o risco de aumento nas tarifas de pedágios. O advogado Narciso Figueirôa Júnior, da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, pediu o apoio de Paim ao PLC 48/12, que obriga as concessionárias a construir e manter esses pontos.

Paim recomendou a abertura de negociação entre governo, trabalhadores e empresários na Câmara Setorial de Transporte.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado aprova Falcão para o CNJ e Assusete para o STJ

Por 56 votos a favor, 4 contrários e nenhuma abstenção, o Senado aprovou ontem a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para mandato de dois anos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Falcão irá substituir a ministra Eliana Calmon, também do STJ, inclusive na função de corregedor do conselho.

O ministro é natural de Recife e foi nomeado para o STJ em 1999 pelo então

presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre 2005 e 2007, presidiu a Primeira Seção do tribunal e, no biênio 2010-2011, foi corregedor-geral da Justiça Federal.

Também ontem foi aprovado por 54 votos a favor, 3 contrários e nenhuma abstenção, o nome da desembargadora Assusete Dumont Reis Magalhães para o STJ. Nascida em Serro (MG), ela é juíza federal há 28 anos e presidiu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com jurisdição sobre 13 estados e o DF.

Indicação de juízes trabalhistas para o TST passa no Plenário

O Plenário do Senado também aprovou ontem as indicações de Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre de Souza Agra Belmonte para os cargos de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ambos vão ocupar vagas reservadas a juízes trabalhistas, decorrentes da aposentadoria de Rosa Maria Weber, atual ministra do STF, e de Milton de Moura França.

Belmonte foi aprovado com 46 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.

Scheuermann, com 48 a favor, 3 contra e nenhuma abstenção.

Doutor em Justiça e Sociedade e mestre em Direito das Relações Sociais, Belmonte nasceu no Rio de Janeiro. Atuou como advogado cível e trabalhista antes de se tornar juiz do Trabalho e integrar o TRT da 1ª Região. Scheuermann é de Três Passos (RS), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e, desde 2003, desembargador do TRT da 4ª Região.

Acolhido nome de Luiz Edson Feltrim para diretor do BC

O Plenário aprovou ontem a indicação de Luiz Edson Feltrim para exercer o cargo de diretor do Banco Central. Em voto favorável, Luiz Henrique (PMDB-SC) destaca a especialização do indicado em desenvolvimento do microcrédito e sistemas de cooperativas de crédito, que são instituições financeiras que oferecem linhas de crédito para agricultores. O relator também apontou o comprometimento de Feltrim com o setor agrícola.

Luiz Edson Feltrim tem formação superior em Matemática e exerce, desde maio de 2011, o cargo de secretário executivo do Banco Central, onde presta assessoramento imediato ao presidente e à diretoria colegiada da instituição. Entre 1999 e 2011, foi chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro.

A indicação já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quarta-feira passada.

Medidas provisórias destinam cerca de R\$ 1,4 bilhão a ações emergenciais de quatro ministérios para minimizar os efeitos da estiagem no Nordeste, que já alcança mais de 2 mil municípios

Comissão de Orçamento aprova MPs contra a seca

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem duas medidas provisórias (MPs) que destinam, juntas, R\$ 1,4 bilhão para atender municípios atingidos pela estiagem no Nordeste. As MPs seguem para votação no Plenário da Câmara e depois virão ao Senado.

A MP 566/12 destina R\$ 706,4 milhões para os ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário atenderem as vítimas da seca, que atinge 2.062 municípios, segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Do total de recursos liberados, R\$ 281,8 milhões vão para os agricultores que perderam a safra. O restante irá para ações de defesa civil (R\$ 224,6 milhões) e para o financiamento da “bolsa estiagem” (R\$ 200 milhões), um auxílio de R\$ 400 que será distribuído às vítimas.

Já a MP 569/12 abre crédito de R\$ 688,49 milhões do Orçamento em vigor, a maior parte para defesa civil e socorro à população. Foram beneficiados com os recursos os



Romero Jucá, relator do Orçamento 2013, e Paulo Pimenta, presidente da CMO

ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este último recebeu R\$ 238,4 milhões para abrir vagas no sistema de educação básica, destinadas a crianças de zero a 4 anos que vivem em situação de extrema pobreza e tenham famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

A votação das duas MPs foi possível depois que a oposição concordou em suspender a obstrução que vem fazendo na Comissão de Orçamento

desde maio. O presidente do colegiado, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), mediou o acordo. DEM e PSDB aceitaram a votação, mas criticaram a baixa execução dos recursos abertos por MPs.

O governo alega que a execução está normal. Segundo o Executivo, em alguns casos houve dificuldade porque os municípios não enviaram documentos comprovando a emergência. Em outros, a execução depende de licitação. (Com Agência Câmara)

Dornelles: alteração na poupança é positiva

Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou em Plenário a aprovação da Medida Provisória (MP) 567/12 pela comissão mista que analisa a admissibilidade da proposta.



Moisés Muziz/Agência Senado

A MP estabelece novas regras para a caderneta de poupança. O senador cumprimentou a presidente da República, Dilma Rousseff, e elogiou o trabalho do deputado Henrique Fontana (PT-RS), que relatou a proposta.

— É uma medida altamente

positiva porque mantém o investimento na poupança e não penaliza as pessoas de menor renda. Foi uma engenharia extremamente bem sucedida — declarou.

A atuação de Dornelles na comissão mista foi elogiada pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), que definiu o colega como “mentor econômico e fiscal” do Senado.

Para ele, o relatório aprovado é da “maior importância”. Ele elogiou a capacidade de

entendimento dos membros da comissão, que encontraram uma solução “engenhosa e virtuosa” para a poupança.

Segundo Eduardo Braga, a medida ajuda o Brasil a enfrentar a crise mundial.

O senador explicou que as novas regras vão garantir uma melhor remuneração da poupança em relação a outros fundos de investimentos.

— A poupança é uma aplicação segura do ponto de vista da liquidez e da tradição do povo brasileiro — afirmou o líder do governo.

Cyro Miranda critica Lula por aliança com Maluf

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou o ex-presidente Lula, dizendo que ele “passou dos limites da razoabilidade” ao patrocinar uma aliança com o deputado Paulo Maluf, em apoio à candidatura de Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo. Para o senador, alianças são feitas e desfeitas, mas, disse, Lula “não parece muito afeto a limites”.

— Lula dá mostra de que o poder lhe subiu a cabeça — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Redução da Cide ameaça os estados, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou do governo soluções para recompor as finanças dos estados, atingidas pelas reduções do IPI para a indústria automobilística e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Para a senadora, as reduções ocorridas no início da semana são “grave ameaça” às finanças dos estados.

Lídice lembrou os 190 anos do início da guerra para a independência do Brasil, em 25 de junho de 1822.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Rollemberg, fim do teto salarial é retrocesso

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) chamou de retrocesso e equívoco a aprovação, por comissão da Câmara dos Deputados, de projeto que permite a servidores públicos receberem acima do teto constitucional. Para o senador, ao criar o teto, o Congresso Nacional tinha o objetivo de acabar com uma série de abusos no serviço público. Rollemberg também defendeu a aprovação das emendas à Constituição que instituem o voto aberto no Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz celebra lei que beneficia produtor de leite

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a sanção presidencial do PLC 80/11, que obriga empresas de laticínios a informar ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 do mês anterior à entrega.

— A partir deste mês, os produtores de leite terão melhores condições para negociar o preço do leite — disse.

O senador foi relator do projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Juristas propõem ao Senado “aposentadoria” do Código Penal

Comissão entregará hoje a Sarney proposta de modernização da legislação criminal; especialistas sugerem que crimes antigos caíam, crimes novos entrem e penas sejam modificadas

Ricardo Westin

DAS NORMAS LEGAIS que regem a vida em sociedade, poucas se equiparam ao Código Penal em importância e alcance. Ele, por um lado, enumera uma série de comportamentos que as pessoas não podem adotar e, por outro, autoriza o Estado a puni-las caso desrespeitem as proibições.

Os crimes previstos no Código Penal vão da difamação ao homicídio, da violação de correspondência ao roubo, da bigamia ao sequestro. Quem mata pode ser condenado a 30 anos de prisão. Quem viola carta alheia, a 6 meses de prisão ou pagamento de multa.

Hoje, no entanto, o Código Penal não funciona bem. O texto original foi aprovado em 1940 e entrou em vigor dois anos mais tarde. Era o primeiro governo Vargas. O tempo deixou muitos trechos do código ultrapassados e abriu-lhe várias lacunas. Simplesmente não corresponde ao Brasil atual.

Para tornar a legislação eficiente, o Senado incumbiu 15 renomados juristas de arquitetar uma modernização do septuagenário Código Penal. Após sete meses de debates, a comissão acaba de concluir a proposta de reforma e vai entregá-la hoje ao presidente do Senado, José Sarney, numa cerimônia no Salão Nobre.

Se as propostas forem acatadas pelo Congresso Nacional, diversas condutas deixarão ser classificadas de crimes. No Brasil do século 21, entendem os juristas, não faz sentido mandar para a prisão quem vende “objeto obsceno” ou mantém casa de prostituição.

Ao mesmo tempo, condutas hoje ignoradas pelo código passarão a ser criminosas. A comissão acredita que já é hora de o país punir quem discrimina *gays* por causa da orientação sexual ou comete *bullying* (ou, nas palavras dos juristas, intimidação vexatória) contra qualquer pessoa.

A evolução da sociedade abriu caminho para o surgimento de comportamentos

que nem sequer se vislumbavam na Era Vargas. Os juristas defendem que usar celular em presídio, oferecer ligação clandestina de TV a cabo, invadir computador alheio e fazer parte de milícia (grupo, normalmente de policiais, que se organiza para dominar favelas e obter vantagens) precisam estar previstos na lei criminal.

Retalhos

O Código Penal que os tribunais brasileiros aplicam hoje não é exatamente aquele de 1940. Mudanças pontuais foram feitas ao longo destas sete décadas. O adultério deixou de ser crime em 2005. No mesmo ano, o tráfico internacional de pessoas foi incluído no código.

Nem todas as mudanças foram felizes. O enxerto de artigos em diferentes épocas transformou o código numa espécie de colcha de retalhos, criando situações esdrúxulas. Pelo código atual, quem falsifica remédio, cosmético ou produto de limpeza pode passar mais tempo encarcerado do que quem comete assassinato. Para homicídio, a pena mínima é de 6 anos (máxima de 30). Para falsificação, a pena mínima é de 10 anos (máxima de 15).

A falsificação de remédio sempre esteve no Código Penal, mas com pena de até 3 anos de prisão. Em 1998, a comoção pública gerada pelo escândalo das mulheres que engravidaram tomando pílulas anticoncepcionais — que não faziam

efeito porque eram feitas de farinha — levou a um endurecimento exagerado da punição.

Um dos objetivos da comissão criada pelo Senado foi garantir a proporcionalidade das penas — mais brandas ou mais severas conforme a gravidade dos crimes. Pela proposta dos juristas, a punição para falsificação de remédio ficará entre 4 e 12 anos de prisão (e não mais entre 10 e 15 anos).

Nenhum tema foi evitado pela comissão, por mais espinhoso que fosse. Os juristas trataram do porte de droga para consumo próprio, da ortotanásia (interrupção de



Presídio lotado: grupo propõe multa, não prisão, como pena para certos furtos

tratamento que só prolonga a vida e o sofrimento de doentes sem cura e em estado terminal) e do aborto de feto que não tenha cérebro ou sofra de doença que o levará à morte. Eles propõem que as três condutas deixem de ser crimes.

Em relação às drogas, o tráfico continuará sendo punido com prisão. No caso da ortotanásia, a interrupção do tratamento precisará do consentimento do próprio doente ou, não sendo isso possível, de seus familiares. Em relação ao aborto, o anteprojeto prevê que a gestação também poderá ser interrompida a pedido da mulher quando ela não tiver condições psicológicas de ter o filho. Hoje em dia, a lei só autoriza o aborto quando a gravidez decorre de estupro ou pode levar a mulher à morte.

Nas audiências públicas e nos seminários realizados pela comissão em diferentes capitais, o aborto foi um tema sempre presente. Ruidosamente, o público se manifestou tanto pela restrição quanto pela ampliação dos casos permitidos.

Prisões lotadas

A sociedade também expressou seus desejos enviando mensagens eletrônicas e telefonando para o Senado. Em sete meses, chegaram ao serviço Alô Senado 6.140 manifestações sobre o Código Penal — média de 44 por dia útil. Foram manifestações de todo tipo, a maioria pelo endurecimento das penas. Algumas chegavam a sugerir a implantação da

prisão perpétua e da pena de morte no Brasil — o que não foi acatado.

Polêmicas à parte, a comissão recebeu aplausos generalizados do meio jurídico por sugerir que o réu primário que furtou objeto de baixo valor seja condenado apenas ao pagamento de multa, e não mais à prisão, e por propor que, ainda em caso de furto, o crime seja anulado se o ladrão devolver o objeto e o dono aceitá-lo.

— Como estudiosos do Direito, nós acreditamos na pena de prisão. No entanto, não concordamos com o amontamento de pessoas. Os presídios brasileiros estão lotados. É uma realidade que não podemos ignorar — diz Luiz Carlos Gonçalves, procurador da República e relator da comissão.

A ideia de confiar a missão do Código Penal a um grupo de especialistas foi do senador Pedro Taques (PDT-MT). Sarney aceitou a proposta e, no final do ano passado, assinou o ato de criação da comissão de juristas. Nos últimos sete meses, os especialistas fizeram 24 reuniões abertas no Senado.

Outro objetivo do grupo foi fazer o código abarcar todo o mundo do Direito Penal brasileiro. Ao longo dos anos, dezenas de crimes foram descritos em normas separadas, como a Lei Maria da Penha, o Estatuto do Idoso, a Lei dos Crimes contra o Meio Ambien-

A proposta

- O anteprojeto elaborado pela comissão de juristas, que será entregue hoje à Presidência do Senado, está disponível para consultas na internet: <http://bit.ly/anteprojetoCP>

te e até o Estatuto do Torcedor. O Brasil tem um Direito Penal pulverizado. Os juristas propõem revogar artigos — os que descrevem crimes e preveem penas — de 120 diplomas legais e levá-los, com as eventuais atualizações necessárias, para dentro do Código Penal.

Isso facilitará tremendamente o trabalho de policiais, advogados, promotores, procuradores, defensores públicos, juízes e estudantes de Direito. Também permitirá à sociedade conhecer, de maneira clara e sistematizada, as condutas que lhe são proibidas. A comissão procurou tornar compreensível a empolada linguagem do mundo jurídico. “Conjunção carnal” virou “estupro vaginal”. “Homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral” passou a ser “eutanasia”.

Legitimidade

Para que o Código Penal velho caia e o novo entre em vigor, o anteprojeto dos juristas precisa ser transformado em projeto de lei pelos senadores, analisado e aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e, no final, sancionado pela presidente da República.

— O anteprojeto foi elaborado segundo os melhores princípios da dogmática penal e submetido a uma ampla discussão com a sociedade. O debate agora deve continuar no Congresso, para que o futuro Código Penal ganhe a tão almejada legitimidade demo-

crática — afirma o advogado Nabor Bulhões, um dos integrantes da comissão.

O grupo de juristas foi presidido por Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal

de Justiça (STJ). Ele diz que a comissão pensou um código “com roupagem moderna e penas adequadas”. No entanto, explica que a nova legislação penal, por si só, não garantirá segurança e justiça à sociedade.

— É preciso que haja políticas públicas adequadas, que se resolva a situação precária dos presídios, que a polícia esteja bem aparelhada para fazer as investigações, que o Ministério Público seja atuante, que o Judiciário atue com seriedade. O Código Penal reformado é apenas um dos instrumentos necessários para combater a violência e a impunidade.

Hoje, quem falsifica remédio pode passar mais tempo na prisão do que quem mata

Comissão especial enfrentou temas polêmicos, como drogas, aborto e prostituição